



Ofício nº : 169/2019/GCS/JBC

Cuiabá, 2 de julho de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Altir Antônio Peruzzo
Prefeito Municipal de Juína

Assunto: **Processo n.º 13.572-0/2019 – Representação de Natureza Interna com pedido de Medida Cautelar referente ao Pregão Presencial nº 34/2019.**

Senhor Prefeito,

Em face do indeferimento do pedido de **medida cautelar de sustação de ato** nos autos do **Processo n.º 13.572-0/2019**, fica a Prefeitura Municipal de Juína, na pessoa de Vossa Excelência, **NOTIFICADA** para ciência do teor da **Decisão nº 826/JBC/2019. Decisão**

Por oportuno, nos termos do art. 256, § 1º, da Resolução Normativa TCE/MT nº 14/2007 (Regimento Interno do TCE/MT) c/c o § 2º do art. 61 da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT), fica Vossa Excelência **CITADO** para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar **MANIFESTAÇÕES DE DEFESA**, a serem protocoladas no Setor de Protocolo deste Tribunal de Contas, desta feita acerca da(s) irregularidade(s) imputada(s) no Relatório Técnico, anexado ao presente, referente à Representação de Natureza Interna (Processo n.º 13.572-0/2019) **Relatório Técnico**

Eventual pedido de prorrogação de prazo para apresentação de resposta a este ofício, **que poderá ou não vir a ser deferido pelo Relator**, será publicado no Diário Oficial de Contas (DOC-TCE/MT) e não obriga este Tribunal a comunicar o responsável por ofício sobre o resultado do pleito, em conformidade com o parágrafo único do art. 267 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RI-TCE/MT).





Cabe à parte interessada entrar em contato com o gabinete do Relator ou acessar o DOC-TCE/MT para tomar conhecimento sobre o deferimento ou indeferimento do seu pedido. Saliente-se que a prorrogação, quando deferida, será pelo mesmo prazo de 15 (quinze) dias e contar-se-á a partir do dia útil imediatamente seguinte ao término do prazo inicialmente concedido, de acordo com o parágrafo único do art. 267 do RI-TCE/MT.

Por fim, **alerto** que a ausência de manifestação no prazo regimental implicará o prosseguimento processual com a **aplicação dos efeitos da revelia**, conforme preceitua o parágrafo único do art. 6º da Lei Complementar nº 269/2007 e o § 1º do art. 140 do Regimento Interno TCE/MT.

Respeitosamente,

(assinatura digital)¹
ANNA KARYNE PADILHA
Chefe de Gabinete
(Portaria 172/2018, DOC 1494, de 4/12/2018)

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

